

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA – FUP
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

**O CRÉDITO COMO FATOR DETERMINANTE NO DESENVOLVIMENTO DO
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

DIOGO ZANSÁVIO REIS

Orientador

Prof. Dr. Mauro Del Grossi

Brasília, 2012.

Diogo Zansávio Reis

**O CRÉDITO COMO FATOR DETERMINANTE NO DESENVOLVIMENTO
DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**

Relatório Final de Estágio
Supervisionado Obrigatório do curso de
Gestão do Agronegócio da Faculdade
UnB Planaltina para obtenção do
diploma de graduação, sob orientação do
Professor Dr. Mauro Del Grossi.

RESUMO

Desde o tempo do Império no século XIX já existia o interesse do Governo em fortalecer o setor de crédito a fim de viabilizar o desenvolvimento econômico do Brasil a partir de suas vantagens comparativas. Com foco no desenvolvimento do agronegócio em específico, que em 2011 segundo dados do CEPEA-USP, representou 22,15% do Produto Interno Bruto e um acumulado no saldo das exportações nos últimos 12 meses de 80 bilhões de dólares, segundo o Ministro Mendes Ribeiro Filho, em seu discurso no lançamento do Programa Agrícola e Pecuário 2012/2013, pretendemos discutir e analisar neste trabalho o comportamento do setor bancário e de crédito como um todo diante da imensa necessidade de financiamento que o agronegócio demanda. O propósito maior não é esmiuçar todos os assuntos que envolvem esse tema, mas sim traçar um panorama histórico geral do final do século XIX até os dias atuais a fim de compreender como se deu o início do crédito voltado ao campo; a atuação do Estado e do setor privado nesse processo; a transformação da produção tradicional em Complexos Agroindustriais; as principais políticas formulados pelo Estado voltadas ao crédito rural; as principais fontes de recursos; os principais concessionários e coordenadores do crédito em períodos distintos; a contextualização da situação atual; e breves perspectivas.

Palavras Chave: Crédito Rural, Agronegócio, Instituições Financeiras, SNCR.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. CONTEXTUALIZAÇÃO – O CRÉDITO BANCÁRIO BRASILEIRO.....	6
3. PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL PÓS 1964.....	11
4. DÉCADA DE 90: A GRADUAL SAÍDA DO GOVERNO NO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO.....	19
5. APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR E O PANORAMA DA REALIDADE E PERSPECTIVAS QUANTO AO CRÉDITO RURAL.....	24
5.1 APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR.....	24
5.2 PANORAMA DA REALIDADE E PERSPECTIVAS QUANTO AO CRÉDITO RURAL.....	28
6. CONCLUSÃO.....	31

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do governo imperial do final do século XIX havia-se notado a necessidade de fortalecer o setor financeiro no Brasil para viabilizar o crescimento econômico. Essa necessidade latente nos despertou o interesse em pesquisar historicamente como se deu o processo de alavancagem do crédito rural, tanto por parte do Estado como a partir de fontes privadas.

Justamente com enfoque no agronegócio, iremos discutir os pontos principais que ajudaram ou não esse gigantesco setor a se consolidar como um dos principais propulsores econômicos do país, com destaque para as mudanças internacionais ocorridas até meados da década de 1930 e também a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) 30 anos mais tarde.

Já um pouco adiante entraremos nas mudanças econômicas e políticas ocasionadas pelo impacto causado pela gradual liberalização da economia após um período de crise intensa, onde a combinação mais efetiva dos investimentos públicos e privados permitiu manter a competitividade do setor.

Iremos perceber no desenho histórico do trabalho que o setor do agronegócio não foi apenas um expectador no cenário econômico do Brasil, na verdade, notaremos que foi e é substancial para fazer com que a economia brasileira chegasse a 6ª maior do mundo atualmente.

Na conjuntura econômica brasileira atual o agronegócio é fundamental, tanto na função de base geradora de riqueza e de abastecimento do mercado doméstico como também é responsável por garantir o superávit comercial, expandindo mercados e fazendo o contrapeso frente às tentativas nem um pouco acanhadas de acesso ao nosso mercado interno por parte dos países desenvolvidos.

A importância do agronegócio e os fatores financeiros que contribuíram para que o setor chegasse ao atual nível é justamente o eixo deste trabalho que tem por objetivo geral analisar o comportamento do setor bancário e de crédito como um todo diante da imensa necessidade de financiamento que do agronegócio demanda desde o início do final do século XIX até os dias atuais. Essa análise será feita sobre um ponto de vista histórico, visando identificar os fatores chave referente ao crédito que impulsionaram o agronegócio.

Foram traçados objetivos específicos como identificar as principais mudanças econômicas e políticas sobre o crédito rural, traçar a evolução histórica referente à concessão de crédito rural, descobrir as principais fontes do crédito rural e por fim identificar e caracterizar a atuação do Estado em todo o período estudado.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO - O CRÉDITO BANCÁRIO BRASILEIRO

Dentro de todo o portfólio de produtos das instituições bancárias brasileiras e internacionais, o principal é o crédito. A maximização da venda desse produto que garante os retornos esperados para os bancos e contribui para viabilizar o desenvolvimento econômico dos países de maneira geral, tanto em nível estatal como privado.

Jacob (2003, p. 7 – 8 apud SILVA, 2011, p. 15) define o crédito como “uma situação que envolve duas partes, uma credora e outra devedora, que estabelecem uma relação entre si, normalmente contratual. Esta situação sugere que uma das partes, a credora, conceda liquidez à outra, a devedora, mediante um prêmio de liquidez ou de risco, comumente intitulado juro”.

Segundo Costa Neto (2004, p. 13), após a criação do primeiro Banco do Brasil em 1808 e a sua segunda versão em 1853, a Caixa Econômica e o Monte de Socorro foram criados em 1861, instituições precursoras da Caixa Econômica Federal, comprovando o interesse do governo imperial em expandir a atividade bancária no país a fim de fortalecer a economia.

A primeira versão do Banco do Brasil durou apenas 21 anos e foi criado, segundo Müller (2001, p. 10) sob o interesse da Coroa Portuguesa em poder financiar os gastos públicos, pois quando houve a transferência da Corte para o Brasil a simples cobrança de títulos não conseguiria arcar com os gastos previstos. Ainda baseado em Muller, a principal finalidade do Banco era a emissão de papel-moeda para atender a crescente demanda originada pelos gastos do governo.

Segundo Costa Neto (2004, p. 13) a segunda versão do Banco do Brasil foi fruto da fusão do Banco do Brasil fundado em 1851 por Irineu Evangelista, o Visconde de Mauá, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, ambos ocupando o posto de principais instituições financeiras do país à época. Costa Neto (2004, p. 13) lembra que essas instituições que deram origem a segunda versão do Banco do Brasil faziam parte da iniciativa privada e a partir desta fusão promovida pelo governo imperial, a oferta de crédito passou a ser comandada pela nova instituição que detinha também a incumbência exclusiva de emitir papel moeda. Costa Neto

(2004, p. 14) destaca que essa função foi perdida em 1864 por conta de uma crise monetária e bancária que levou a instituição a falência.

Segundo Costa Neto (2004, p. 14) a função das Caixas Econômicas era prover ambiente seguro e remunerador para os pequenos investimentos, estimulando e criando o interesse nos indivíduos superavitários das classes populares a fazerem um esforço de poupança sobre parte dos seus rendimentos, precavendo-se de qualquer acontecimento futuro. De acordo com Costa Neto (2004, p. 14), os depósitos nas Caixas Econômicas somente poderiam ser destinados à aquisição de apólices da dívida pública ou ao financiamento de despesas do Estado e vieram a constituir fonte não desprezível de financiamento ao governo central.

Costa Neto (2004, p. 15) destaca que, ao final do Império, a atividade bancária brasileira estava concentrada no Rio de Janeiro e apresentava deficiências em diversos aspectos, como falta de atendimento bancário no território nacional, limitações quanto à mobilização interna de recursos, especialmente os de longo prazo, e dificuldades para implementação de crédito agrícola oficial.

O periódico *The Economist* de 1890 reproduzido por Franco (1989, p. 17 apud Costa Neto, 2004, p. 15) descreve muito bem o momento do qual estamos falando sobre o pouco acesso bancário que a maioria dos brasileiros tinha no final do império:

era raro o uso de cheques, com hábito comum ali de reterem os indivíduos em seu poder largas quantias em vez de depositá-las em bancos. Os pequenos negociantes, os taverneiros, por exemplo, no Rio de Janeiro, apenas excepcionalmente depositam nos estabelecimentos. Ordinário preferem ter consigo seu dinheiro até a época de pagamentos...,satisfazendo então os seus débitos com as somas acumuladas em casa no decurso de seis a nove meses. O mesmo sucede com as classes que vivem de salário...os agricultores e outros habitantes do interior amam grandes somas, para satisfazer às suas necessidades; e esse dinheiro leva meses, ou anos, para ir ter aos bancos. A receita das alfândegas, em vez de se depositar em bancos, e por eles transmitir-se ao Rio de Janeiro, acumula-se em somas importantes, expedidas periodicamente pelos paquetes para a capital. Franco (1989)

Como bem destacado no periódico em questão, podemos entender que a população brasileira além de não ter acesso bancário de forma abrangente, não tinha também a cultura de fazer uso dos bancos, preferindo assim guardar o dinheiro em mãos e não depositá-lo. Mesmo com o esforço do governo do império para alavancar o setor bancário brasileiro, buscando motivar as pessoas a poupar para obterem retorno e segurança, bem como, usar o crédito na medida do possível, o estudo até aqui nos mostra que a cultura ainda não era essa.

Costa Neto (2004, p. 27) destaca que o Brasil do final do século XIX e início do XX era ainda bastante agrário. O autor aborda que até o início dos anos 1930 a agricultura era a

principal atividade econômica de acumulação de capital no Brasil. O mesmo autor, Costa Neto (2004, p. 27), afirma que o governo brasileiro tinha um grande interesse em desenvolver e modernizar o seu sistema financeiro para torná-lo capaz de fornecer maior volume de crédito ao produtor agrícola a fim de que este pudesse ter maiores condições de desenvolver a produção nacional.

Segundo Saes (1986, p. 112-123 apud Silva, 2011, p. 16), a maioria do crédito concedido no começo do século XX estava concentrado em empreendimentos comerciais que garantiam maior probabilidade de retorno e pouco se emprestava para empreendimentos produtivos. Os produtores dos diversos seguimentos não tinham acesso ao sistema bancário formal público e tinham que recorrer à iniciativa privada como aos comerciantes, casas comerciais, comissários e capitalistas particulares.

Costa Neto (2004, p. 27) nos lembra da Lei 1.782 aprovada em 1907, que autorizou a criação de um Banco Central Agrícola com o objetivo de disponibilizar crédito ao setor rural. Com um capital inicial de 30.000,00 contos o banco teve atividades de crédito limitadas.

Costa Neto (2004, p. 27) destaca que com a criação desta instituição esperava-se a consolidação do crédito agrícola em termos bancários, porém, enquanto isso não ocorria, o financiamento era feito por pessoas ou firmas não financeiras que ofereciam adiantamentos de curto prazo, se realizando pouquíssimas operações em longo prazo.

Mesmo com a criação do Banco Central agrícola, Costa Neto (2004, p. 28) nos traz a informação de que em 1912 os indivíduos e não as instituições de crédito possuíam 82,5% de todas as hipotecas em termos de valor. De acordo com Costa Neto (2004, p. 28), esse dado traduz o grande desafio que o Estado brasileiro tinha pela frente para conseguir atingir o objetivo de fomentar o desenvolvimento de crédito hipotecário e agrícola no país, bem como, consolidar um sistema bancário capaz de suprir as necessidades dos produtores rurais.

De 1930 em diante já se podia notar uma mudança de cenário. Turczyn (2005, p. 97 apud SILVA, 2011, p. 18) afirma que a partir desta data podemos considerar uma nova fase no processo de evolução do sistema financeiro nacional.

De acordo com Silva (2001, p. 18), devido à crise de 1929 o capital estrangeiro que antes entrava no país para financiar a dívida pública e ser investido em infraestrutura, agora estava escasso e as reservas de recurso externo baixaram consideravelmente provocando desequilíbrio nas contas externas e também o temido déficit. Silva (2001, p. 18) afirma que a resposta do governo para garantir a continuidade da rápida transformação da estrutura

econômica brasileira foi a fortalecimento e o desenvolvimento do mercado interno, mantendo a expansão do setor bancário privado. Segundo Triner (2000, apud Silva, 2011 p. 18), a base de depósitos dos bancos brasileiros em 1930 se tratando de públicos e privados, cresceu oito vezes e meio em relação à base apresentada em 1906. Outro ponto importante é o número de bancos estrangeiros operando em solo brasileiro que cresceu em cinco vezes neste mesmo período.

Segundo Tavares (1972, apud Saes, 2001, p. 85 apud Silva 2011, p. 18) essa rápida transformação do sistema econômico além de ser um grande desafio era um problema, pois o sistema financeiro existente não era compatível com a realidade para suprir todas as demandas existentes. Tavares completa afirmando que outro forte entrave para a consolidação mais rápida de um sistema bancário que permitisse financiar a infra-estrutura necessária para o crescimento do país foi a lei da Usura criada pelo decreto 22.626 de 1933, que limitava a cobrança de juros a 12% ao ano em uma época de inflação crescente.

Segundo Turczyn (2005, p. 100) esse decreto foi um grande obstáculo ao desenvolvimento da atividade financeira no país inibindo o crescimento dos bancos e a vinda de novos bancos ao Brasil. A extinção desta Lei era fator determinante para viabilizar o crescimento do setor bancário, que ocorreu apenas 40 anos depois de sua criação.

Já entrando na década de 40 e ainda segundo Turczyn, em 1945 houve a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), precursora do Banco Central, criada “com objetivo de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco central” e de executar a política monetária da administração federal. Só a partir da criação desta Superintência que o cenário criado pela crise de 29 começou a ser alterado.

É factível entendermos que a SUMOC foi criada para discutir e traçar caminhos referentes a assuntos latentes que não tinham o devido tratamento. A crise de 1929, o rápido crescimento da economia, a necessidade de crédito e a incapacidade do Sistema Financeiro Nacional, tudo isso era pouco discutido. Nayme Novelli (apud Turczyn 2005, p. 99) destaca que *“as questões de política monetária eram com pouca frequência discutidas nas reuniões de diretoria do Banco do Brasil, que tratavam, majoritariamente, das operações comerciais do banco*. Estava claro que era preciso criar uma instituição que estivesse totalmente focada e com todo know how necessário para fazer a fiscalização bancária e criar políticas públicas com a finalidade de garantir estabilidade econômica.

Turczin (2005, p.100), se refere a SUMOC como uma inovação legislativa afirmando que “por si só, é justificativa bastante para que se a considere como início de uma fase distinta no processo de desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional”.

Em 1952 houve a criação do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – que se destacou, assim como é hoje, no financiamento de investimentos de infraestrutura e indústrias em longo prazo. Segundo o próprio BNDE, o principal objetivo do banco era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Saes (2001, p. 87 apud Silva, 2011, p. 20) alega que a falta de eficácia por parte do sistema financeiro para financiar a economia, principalmente a longo prazo, era compensada pelas instituições públicas, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Segundo Silva (2001, p. 20), a partir de 1960, pouco antes de se tornar banco público em 1971, o BNDE começa a fomentar ainda de forma tímida a atividade agropecuária e as pequenas e médias empresas. Segundo o mesmo autor, quando se tornou público, o banco passou a ser fundamental para o cumprimento da política governamental de substituição de importações, graças ao investimento nas indústrias nacionais, investimento tal, totalmente inviável se a única alternativa fosse o sistema bancário privado, pois este era incapaz de prover crédito em longo prazo. Silva (2011, p. 20) complementa afirmando que no início da década de 80 o banco incorpora valores sociais e passa a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ainda referente a década de 60, mais especificamente em 1964/1965 houve uma reforma financeira no Brasil. Segundo Costa (2008, p. 140) a reforma foi fruto de uma necessidade histórica, pois o sistema financeiro era visto como um obstáculo ao crescimento econômico.

Segundo Silva (2011, p. 21) a Lei nº 4.595 - Lei da Reforma Bancária – de 1964 foi a responsável pela criação do Banco Central do Brasil – BACEN – e da Comissão de Valores Mobiliários. Silva (2011, p. 21) destaca que o papel de autoridade monetária antes exercida pela SUMOC, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro nacional agora estava todo concentrado no BACEN.

Segundo Costa (2008, p. 140) o BACEN iniciou uma nova fase na história monetária brasileira e efetivamente impôs exigência de reserva sobre os bancos. O mesmo autor destaca

que a autoridade monetária buscava regular os empréstimos bancários e recuperar o controle sobre o saldo monetário.

A reforma financeira promovida pela Lei nº 4.595 de 1964 é resumida por Puga (1999, p. 9 apud Silva, 2011, p. 21):

as reformas financeiras de 1964 e 1965, inspiradas no modelo norte-americano, estabeleceram um sistema baseado em instituições especializadas. Os bancos comerciais somente poderiam realizar operações de crédito a curto prazo, captando depósitos à vista. Os bancos de investimento e desenvolvimento, por sua vez, seriam responsáveis pelos empréstimos de longo prazo, a partir da captação de depósitos a prazo e de recursos do exterior. As sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) deveriam operar no crédito ao consumidor e em empréstimos pessoais, captando letras de câmbio. Finalmente, as instituições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) responderiam pelo financiamento habitacional, com base nos recursos obtidos através de depósitos de poupança e de letras imobiliárias. PUGA (1999, p. 9)

Para ilustrar parte dos procedimentos colocados em prática para ajustar as reservas bancárias, Costa (2008, p. 140) destaca que em 1970 o BACEN começou usar operações de *open market* ou empréstimos de liquidez, acentuando seu poder sobre o controle de oferta de moeda.

Segundo Silva (2011, p. 21) as reformas de modo geral promoveram uma abertura do mercado brasileiro ao crédito estrangeiro, autorizando que empresas brasileiras contratassem empréstimos de médio prazo diretamente junto a instituições financeiras. O mesmo autor complementa afirmando que esses empréstimos antes da reforma só eram acessíveis a poucas entidades estatais, como o BNDE e o Banco do Brasil.

3. PANORAMA DA EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL PÓS 1964

O crédito rural, que é a parte que mais nos interessa, a partir de 1964 devido às reformas que ocorreram no período também obteve ganhos. O ganho principal para a agropecuária foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que segundo Silva (2011, p. 21) viria a se tornar a principal estrutura de estímulo e financiamento à produção agrícola nacional.

Segundo Fürstenau (1987, p. 139) o sistema de financiamento à agropecuária criado em meados dos anos 60 meio a estruturação do sistema financeiro da economia brasileira visava dar suporte a um importante processo de modernização da atividade agrícola. O mesmo autor afirma que grande parte do crédito concedido nesse período foi absorvido pelo setor de máquinas e insumos, por se tratar de uma modernização promovida principalmente

através da implementação mais abrangente de maquinário de ponta e insumos de maior qualidade a montante das cadeias produtivas visando ganhos de produtividade.

Ainda segundo Fürstenau (1987, p. 139), essas transformações no cenário pós 1964 correspondiam a interesses de dois setores principais da economia brasileira. De um lado os interesses da indústria nacional produtora desses bens que necessitava ampliar seu mercado e do outro lado a necessidade da geração de excedentes agrícolas exportáveis, ou seja, produtos que atendessem os quesitos dos países compradores, sobretudo, países ricos que demandam alta qualidade a um custo reduzido. Fürstenau (1987, p. 139) destaca que foi nesse âmbito de modernização do agronegócio nacional que o SNCR teve seu papel decisivo através da canalização de recursos financeiros que deu origem ao período denominado “Revolução Verde”.

Segundo a Circular 1.536 de 27.09.1989 cabe ao Sistema Nacional de Crédito Rural conduzir os financiamentos, sob as diretrizes da política creditícia formulada pelo Conselho Monetário Nacional, em consonância com a política de desenvolvimento agropecuário. De acordo com a mesma Circular os órgãos básicos que compõem o SNCR são o Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Meridional do Brasil S.A. e Banco de Roraima S.A. Para fins da Lei nº 4.504 de 1964 o BNDES é o órgão vinculado assim como as agências de fomento, bancos estaduais inclusive de desenvolvimento, bancos privados, a Caixa Econômica Federal, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito, financiamento e investimento são órgãos vinculados auxiliares.

O Conselho Monetário Nacional tem o poder de admitir novas entidades ao SNCR, além das já citadas, e o BACEN é o responsável por todas as formas de controle do SNCR, portanto, para uma instituição financeira atuar com o crédito rural, esta deve obter expressa autorização do BACEN.

De acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o crédito rural abrange recursos destinados a custeio, investimento e comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o SNCR, como bancos e cooperativas de crédito. Ainda de acordo com o MAPA, os créditos de custeio ficam disponíveis quando os recursos se destinam a cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita. O MAPA destaca também que os créditos de investimento são aplicados em bens ou serviços duráveis, cujos

benefícios repercutem durante muitos anos. Por fim, os créditos de comercialização asseguram ao produtor rural e a suas cooperativas os recursos necessários à adoção de mecanismos que garantam o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços.

Fürstenau (1987, p. 140) aborda que a criação do SNCR como parte da estruturação do sistema financeiro brasileiro na década de 60 foi meio uma transição onde o crescimento econômico deixa de ser conduzido pela produção agropecuária e passa para uma fase onde o setor urbano-industrial passa a liderar este processo. Fürstenau (1987, p. 140) afirma que isso se deu por consequência das novas diretrizes criadas pelo governo federal da época, voltadas a industrialização do Brasil através da substituição de importações tentando se distanciar cada vez mais do modelo primário exportador, no qual o setor que puxava o crescimento era a agropecuária que, além de produzir os alimentos para atender a demanda doméstica, gerava divisas através da exportação para importar bens de consumo produzidos por países que detinham mão de obra qualificada.

Isso não quer dizer que o agronegócio ficou estagnado por conta dos novos objetivos estratégicos do governo, pois como afirma Delgado (2005, p. 58), a partir de 1965 as funções da agricultura na economia foram além de apenas perseguir objetivos estritos a estabilidade de preços, de salário real e do superávit comercial externo. O mesmo autor destaca em seu trabalho que foi lançada uma nova demanda: “o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo”. Belik e Paulillo (2001, p. 3) complementa afirmando que com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, mostrando que o governo não queria concentrar os investimentos apenas na indústria, buscando sim integrar cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. Lessa (1975, p. 14 apud Fürstenau, 1987, p. 141) afirma ainda que mesmo com o foco maior voltado para a indústria, o comportamento da agricultura foi bastante dinâmico e continuou apresentando crescimento a taxas superiores às do crescimento demográfico através da incorporação de novas terras.

Delgado (2005, p. 58) destaca também que este processo de modernização técnica da agricultura e de integração com a indústria é caracterizado “pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais e de máquinas industriais”. Fazendo um comparativo, ainda segundo Delgado, essa integração técnica da indústria com a agricultura que ocorreu nas décadas de 60 e 70 no

Brasil já havia ocorrido nos EUA e na Europa Ocidental ainda no final do século XIX e início do século XX.

A dinâmica do agronegócio foi mantida graças à modernização promovida pelo crédito agrícola. Segundo Delgado (2005, p. 59) o setor passou a incorporar inovações tecnológicas e estabelecer contato com outros setores, integrando-se cada vez mais com a indústria. Belik e Paulillo (2001, p. 3) destacam que os recursos fartos e as taxas de juros subsidiadas articularam toda uma cadeia de atividades que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país.

Visando forçar a participação dos bancos comerciais no financiamento agrícola e garantir mais fontes de recursos, segundo Fürstenau (1987, p. 146), em 1967 foi estabelecido pelo governo que 10% do total de depósitos à vista dos bancos comerciais deveriam ser destinados ao crédito agrícola. Fürstenau (1987, p. 146) lembra que essa resolução foi compulsória, haja visto que os bancos não tinham muito interesse em participar de um atividade de maior risco e menor retorno como a agricultura.

Fürstenau (1987, p. 146) fala com propriedade que a partir da Resolução nº 69, de 22.09.67, que estabeleceu a aplicação de 10% dos saldos dos bancos comerciais no financiamento agrícola, houve um incremento substancial nos saldos de crédito rural. Verifica-se também que o Banco do Brasil era o agente principal no fornecimento deste recurso, baseado na informação de que o saldo de crédito rural existente somente nesse banco se igualava ao dos bancos comerciais. (Fürstenau, 1987)

De acordo com Belik e Paulillo (2001, p. 3) na fase de alavancagem e intensificação da modernização agropecuária que vai até o final da década de 70 o Estado brasileiro reinava supremo constituindo setores, definindo a ênfase das políticas e disciplinando praticamente todos os aspectos da política agrícola. Os mesmo autores nos trazem também que além do SNCR, o governo aportava recursos diretos na execução das políticas de fomento produtivo e comercial como, por exemplo, as Políticas de Garantia de Preço, o Proagro e a Pesquisa e Extensão Rural. Portanto como não havia nenhum agente capaz de executar as mudanças estabelecidas pelas políticas, o Estado, como cita Belik (1998 in Belik e Paulillo 2001, p. 3), tomava para si as tarefas e ocupava espaços na produção de insumos para agricultura, pesquisa, seguro e até mesmo na comercialização doméstica e externa.

Lago (1989, p. 233, apud Silva, 2011, p. 24) confirmando a tendência intervencionista do governo no período afirma que a

“política econômica do governo que tomou posse em 1967 assumiu uma estratégia geral sustentada, basicamente, na busca do crescimento econômico através do aumento dos investimentos em setores diversificados; na diminuição do papel do setor público e no estímulo a um maior crescimento do setor privado; nos incentivos à expansão do comércio exterior; e na elevada prioridade de aumento da oferta de emprego”. Lago (1989, p. 233)

Este ótimo período vivido pelo setor é muito bem sintetizado neste trecho de Comin & Müller (1986, p.7 apud Fürstenau, 1987, p. 142):

"(. ..) o período de ouro do crédito rural é o que vai de 1965 a 1976. Nesta fase, foi criado e consolida-se o SNCR, que conta com recursos crescentes por parte do Governo. É neste período que o impulso à modernização na agricultura ocorre com maior intensidade, particularmente no que concerne aos investimento de médio e longo prazos" Comin & Müller (1986, p.7).

De acordo com Silva (2011, p. 23), o crédito rural cresceu cerca de 18,8% ao final de 1970 e dobrou em 1973. De acordo com Fürstenau (1987, p. 147), neste mesmo ano subiu para 15% a participação compulsória dos depósitos a vista do setor bancário privado destinado ao crédito rural.

Baseado em Silva (2011, p. 22) vale destacar que somente de 1975 a 1980 o crédito destinado ao pequeno produtor teve um real aumento, pois, mesmo oficialmente previsto nos objetivos do SNCR, antes de 75 esta linha de crédito foi negligenciada favorecendo apenas os médios e grandes produtores.

Nesse período de ouro do qual estamos falando, de intensa integração de capitais intersetoriais, Mesquita e Mendes (2009, p. 7) citam que ocorreu também a constituição efetiva do Complexo Agroindustrial Brasileiro que teve seu início na década de 50 quando o Complexo Rural deixou de existir. Segundo Mesquita e Mendes (2009, p. 8) para alguns autores, como Delgado (1985), Guimarães (1989), Graziano da Silva (1996), é a arrancada do processo de industrialização do campo. A partir de meados da década de 70 surgem vários complexos que vão, continuamente, constituindo-se e direcionando a especialização da atividade agrícola e, assim, estabelecendo uma crescente interligação com o restante da economia principalmente com os serviços financeiros.

De acordo com Gasques et al (2010, p.159) embora a noção de complexos agroindustriais já viesse sendo empregada desde 1976, o termo *agribusiness* só começou a ser adotado no Brasil a partir dos anos 90.

Segundo Mesquita e Mendes (2009, p. 5) a consolidação dos CAIs foi viabilizada pelo capital financeiro, basicamente através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e das políticas de agroindustrialização, especificamente, instituídas, a partir dos chamados fundos de financiamento.

Com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), segundo Mesquita e Mendes (2004, p. 5) o processo de produzir passou a ser muito mais complexo, gerando uma maior interdependência entre vários setores da economia, configurando-se como um setor de aplicação de investimentos e capitais, representando um grande mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo duráveis e não duráveis.

Com o aumento da complexidade e da interdependência os diversos setores precisavam organizar os diferentes elos de suas cadeias de uma nova forma para encarar os novos desafios que viriam. Belik e Paulillo (2001, p. 4) afirmam que a partir de 1980 o Estado diminuiu seu espaço de atuação e a abrangência de suas políticas e nesta fase, aqueles setores que haviam se estruturado e que estabeleceram fontes exclusivas de captação e gestão das políticas conseguiram se consolidar. Os autores exemplificam: o setor de cana-de-açúcar, de carnes de aves, suco de laranja e vários setores produtores de grãos.

O ótimo período que a economia brasileira e em específico o setor agrícola vinha passando a partir de 1960 teria o começo do fim no início da década de 80. De acordo com Silva (2011, p. 25) no início desta década começaram a aparecer os primeiros sintomas dos problemas decorrentes das descontinuidades técnicas na cadeia produtiva industrial e a crise internacional causada pelos dois choques nos preços do petróleo e também pela desregulamentação do sistema monetário internacional, travando o ritmo de crescimento dos países centrais que conseqüentemente acabou afetando o Brasil.

De acordo com Fürstenau (1987, p. 143), em meados dos anos 80 o crédito agrícola conduzido pelas mãos do Estado que havia sido até então o eixo principal da modernização e o principal condutor das políticas voltadas ao campo perdeu densidade. A mesma autora lembra que a mudança mais relevante refere-se ao tipo de crédito disponível, onde o financiamento para investimento começou a perder cada vez mais importância frente ao crédito de custeio, se caracterizando assim em financiamentos de menor prazo, mudando o processo pelo qual a agropecuária vinha se modernizando. Com essa mudança no tipo de crédito disponível a modernização passa a ser mais densa via insumos no lugar máquinas e implementos.

Na tabela 1 baseada no trabalho de Fürstenau (1987, p. 150) podemos observar a mudança no tipo de crédito mais abundante entre 1969 e 1985 com destaque para o aumento do crédito de custeio, atingindo 79,47 de todo crédito ofertado em 1985:

Tabela 1. Crédito Rural no Brasil Segundo a Finalidade – 1969-85
Fonte: Fürstenau (1987, p. 150)

ANOS	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	
1969	674 879	58,93	278 554	24,32	191 776	16,75	1 145 209
1970	649 173	54,53	281 323	23,63	260 096	21,84	1 190 592
1971	685 994	54,75	330 082	26,35	236 765	18,9	1 252 841
1972	687 147	54,27	348 793	27,55	230 211	18,18	1 266 151
1973	770 553	55,05	407 920	29,14	221 211	15,81	1 399 684
1974	789 472	54,43	409 039	28,2	251 885	17,37	1 450 396
1975	1 076 545	58,00	498 687	26,87	280 899	15,13	1 856 131
1976	1 059 222	57,81	465 996	25,43	306 989	16,76	1 832 207
1977	1 011 366	58,73	375 824	21,82	334 873	19,45	1 722 063
1978	1 103 524	58,21	436 546	23,04	355 453	18,75	1 895 523
1979	1 375 417	57,95	562 943	23,72	435 126	18,33	2 373 485
1980	1 876 484	67,84	503 388	18,2	386 189	13,96	2 766 061
1981	1 944 360	74,41	434 636	16,63	233 913	8,96	2 612 909
1982	1 825 748	70,11	488 167	18,74	290 175	11,15	2 604 090
1983	1 670 313	67,62	640 388	25,93	159 448	6,45	2 470 149
1984	1 194 142	75,32	267 859	16,9	123 423	7,78	1 585 424
1985	1 804 944	79,47	423 561	18,65	42 811	1,88	2 271 316

Outra mudança significativa faz referência às taxas de juros aplicadas ao crédito rural e ao aumento expressivo nos custos dos empréstimos por conta da elevação da taxa de inflação. Essas mudanças são bem abordadas nas duas passagens que seguem, extraídas do trabalho de Fürstenau publicado em 1987:

A taxa de juros para empréstimo de custeio que havia se mantido, de 1968 a 1976, em 10% a.a. para o pequeno produtor foi elevada para 13%. Os demais produtores continuaram a receber os financiamentos a 15% a.a. como anteriormente.

Através da Resolução nº 590, de 07.12.79, as taxas de juros de crédito rural passaram a ter o seu cálculo baseado num componente fixo e outro relacionado às ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Os juros variavam de 2 a 5% e eram somados a um percentual de variação das ORTNs (entre 40 e 70%). Através desse critério as taxas aplicadas aos financiamentos de custeio passaram a ser de 24% a.a. para os mini e pequenos produtores, 33% para os médios e 44% para os grandes.

Nessa fase, segundo Belik e Paulillo (2001, p. 4) a agricultura deixou de ter uma política geral de apoio e o Estado deixou de intervir também na constituição de políticas setoriais.

Comin e Müller (1986, p.9 apud Fürstenau 1987, p. 143) ilustram bem as dificuldades que vivia a economia brasileira neste período:

"Por volta de 78 em diante as dificuldades se ampliam, repercutindo na disponibilidade de recursos públicos (seja de bancos públicos, seja de bancos privados sob pressão do governo) para crédito agrícola: (i) a dívida externa passa a crescer rapidamente (ii) a inflação de 78 já é o dobro da de 73; (iii) a segunda explosão dos preços do petróleo em 79; e (iv) a explosão das taxas de juros internacionais em 79/80" (Comin & Müller, 1986, p.9).

Belik e Paulillo (2001, p. 5) afirmam que mesmo em um período de crise intensa e redução no volume de crédito disponível para o setor rural, isso não significou grande impacto nas esferas de produção e de renda nos segmentos agropecuários do país. Senju e Silva (2006, p. 4) destacam a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) como um bom exemplo das ações compensatórias criadas pelo governo, que consistia em oferecer aos agricultores a opção de vender seus produtos ao mercado ou, pelo preço mínimo, ao governo. Senju e Silva (2006, p. 4) citam que, o Programa foi fundamental para explicar o bom desempenho da agricultura nos anos 80.

Segundo Fürstenau (1987, p. 147), em dezembro de 1980, diante uma forte crise que se instalava somada a diminuição gradativa dos recursos financeiros disponíveis, o governo aumentou para 20% o percentual de participação compulsória dos bancos privados para destiná-los ao crédito rural. Na mesma página, a autora nos traz a informação de que em Julho de 1981 houve uma nova mudança legislativa e foi estabelecido o aumento gradual desse percentual até atingir 25%. A mesma autora analisa que essa estratégia foi eficaz no curto prazo, porém este recurso se esgotou rapidamente não atendendo as expectativas quanto à participação dos bancos privados, ficando por conta do Banco do Brasil a crescente participação como fonte de recursos e por consequência disso, se firmando ainda mais como principal banco de financiamento agrícola.

No período que segue pós 1981, Fürstenau (1987, p. 149) afirma que houve o

desmantelamento do SNCR gerado pela adoção de uma política ortodoxa. Dentre o rol de medidas adotadas, as que atingem diretamente o setor agrícola são a retirada gradual dos subsídios ao crédito rural e a redução dos recursos destinados ao setor em função do corte nos gastos governamentais. Fürstenau (1987, p. 149)

Fürstenau (1987, p. 151) acrescenta que os recursos oriundos do Estado estavam cada vez mais escassos e os investimentos só poderiam ser feitos a partir de empréstimos contratados a partir do setor bancário privado a taxas de juros de mercado, ou seja, taxas destinadas ao consumo, muito mais altas do que as voltadas ao investimento oriundas do não mais eficiente SNCR.

Costa (2008, p. 137) resume o período entre 1964 e 1988 como de “repressão financeira, que modernizou e fortaleceu o sistema bancário nacional, através das reformas

monetária, habitacional e do mercado de capitais, da indução do processo de concentração e conglomeração, e do estímulo à internacionalização dos bancos públicos e privados nacionais”. O autor completa afirmando que os anos 1970 apresentaram uma mudança na estrutura bancária, nos padrões de concorrência, com a concentração, conglomeração e internacionalização das instituições financeiras.

4. DÉCADA DE 90: A GRADUAL SAÍDA DO GOVERNO NO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO

Referente às mudanças que iriam formar a nova realidade do crédito no Brasil, Senju e Silva (2006, p. 1) cita que

a partir dos anos 90, instaura-se um novo padrão de financiamento agrícola, baseado em fontes preferencialmente não-inflacionárias, e mais apoiadas em recursos oriundos do setor privado e em iniciativas dos governos estaduais e municipais. Diferentemente dos mecanismos tradicionais de financiamento, como o tesouro e as exigibilidades, estas novas fontes são indexadas e apresentam taxas de juros mais elevadas para as quais o governo fixa taxas de juros máximas que podem ser cobradas pelo sistema bancário oficial e privado.

Senju e Silva (2006, p. 5) destacam também que as

transformações verificadas na estrutura de financiamento da agricultura na década de 90 têm a ver com as substanciais mudanças ocorridas na condução da política econômica que deixa de ser baseada em uma economia fechada com forte intervenção estatal para um regime em que predomina a economia aberta e um menor papel do Estado, sobretudo na política agrícola.

De acordo com Gennari (2002, p. 35), as transformações no sentido de uma maior integração dos mercados a nível internacional guiadas por uma ideia neoliberal se estendeu por toda a década de 80 pelo mundo e teve um impacto mais intenso na América Latina a partir de um consenso que ocorreu na capital dos EUA conhecido como consenso de Washington. Gennari (2002, p. 42) aborda que o consenso promoveu uma nova visão frente ao antigo modelo conservador, sobretudo, uma nova diretriz ideológica neoliberal, da qual o então presidente Fernando Collor estava se guiando. Gennari (2002, p. 42) lembra que as medidas do presidente promoveram a privatização de alguns setores e a liberalização da economia para um maior fluxo de capitais e mercadorias.

Os estudos de Moreira e Correia (1997, p. 68 apud Gennari 2002, p. 37) demonstram que de 1988 a 1993:

“realizou-se um amplo processo de liberalização comercial em que se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminaram-se as principais barreiras não tarifárias e reduziram-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Esse processo ocorreu em duas etapas distintas. A primeira etapa, entre 1988 e 1989, caracterizou-se pela redução da redundância tarifária média (de 41,2% para 17,85) e por uma alteração pequena na estrutura tarifária. Foi abolida a

maior parte dos regimes especiais de importação, unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local: a tarifa média passou de 51,3% para 37,4%. (...) A segunda teve início em 1990, com a definição de novas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior e estava prevista para ser concluída em dezembro de 1994. A nova política industrial e de comércio exterior (Pice) extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação.”
Moreira e Correia (1997, p. 68)

Sobre o eixo das mudanças no mercado financeiro, de acordo com Silva (2011, p. 26), com a abertura do mercado de capitais a partir de 1987 aos investidores estrangeiros, o setor foi aquecido e passou a trabalhar em outra dinâmica de concorrência, muito mais acirrada principalmente com a formação de Bancos Múltiplos no Brasil.

Em 1988, de acordo com o site do Banco do Brasil, oriundo do Comitê de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão, surge a ideia do Acordo de Basiléia, do qual mais de 100 países acordaram em estabelecer exigências mínimas sobre o capital a serem cumpridas pelos bancos comerciais. O maior objetivo do acordo era a precaução contra o risco de crédito, para tal, foram definidos mecanismos para a mensuração do risco de crédito, passando a exigir uma quantia de capital mínima para suportar esses riscos. Essas medidas visavam reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional ofertando um modelo de comportamento com orientações para melhorar a qualidade da supervisão e da segurança do sistema bancário internacional.

Ainda de acordo com o referido site, em 1994 o Brasil aderiu ao acordo que acabou se tornando um marco regulatório para suportar o risco de crédito e também em estabelecer limites adicionais que variam de acordo com o risco, indo de encontro com a estabilização da economia promovida pela implantação do plano Real no mesmo ano após anos de inflação desordenada e também com as medidas adotadas pelo governo visando adequar as instituições financeiras brasileiras ao Acordo de Basiléia.

De acordo com Senju e Silva (2006, p. 5):

A política de estabilização trouxe como consequência a redução dos recursos para a agricultura, além de não haver nenhuma alternativa realmente consistente para fontes de recursos do crédito rural³, conforme Gasques; Verde (apud GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 142). Ademais, esta política também contribuiu para uma maior seleção de beneficiários na utilização dos recursos em detrimento dos pequenos e médios produtores rurais. Senju e Silva (2006, p. 5)

Com a estabilização da economia, Soares (2001, p. 5) destaca que todas as instituições financeiras passaram a perder as receitas oriundas do ‘floating’, deixando de ganhar com as transferências inflacionárias. Porém, Mendonça de Barros e Almeida Júnior funcionários estratégicos do Governo na época esclarecem no texto de Soares (2001, p. 8) que:

“uma das formas encontradas pelo sistema bancário para compensar a perda da receita inflacionária, antes de fechar agências e efetuar os ajustes que se faziam necessários no modelo operacional, foi expandir as operações de crédito, lastreadas pelo crescimento abrupto dos depósitos bancários trazidos com o Plano Real. Os depósitos à vista, por exemplo, mostraram crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo crescimento de quase 40% para o mesmo período. Mendonça de Barros e Almeida Júnior (1997, p. 4).

Segundo Soares (2001, p. 8) esses mesmos autores acreditavam que esse crescimento expressivo poderia trazer problemas em virtude de os Bancos não estarem preparados para tal volume de operações e a também quanto à formação de uma bolha de consumo que poderia acabar prejudicando a estabilização, justificando a ação do governo em restringir o crédito, o que não adiantou muito, pois, de acordo com Soares (2001, p. 8), mesmo o Banco Central aumentando as alíquotas de recolhimento compulsório dos depósitos bancários no início do Plano Real, o crédito aumentou 58% em um ano nas operações com o setor privado que compensou as perdas de floating, porém, ocasionou o aumento da inadimplência por ter ocorrido concessão de crédito sem os devidos cuidados.

Segundo Paula e Faria (s.d.) a reação do governo para evitar uma crise bancária em meados da década de 90 veio a partir do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), incentivando a fusão, incorporação e transferência de controle acionário de bancos privados e mesmo liquidando alguns bancos privados. Esses autores acrescentam a privatização de bancos públicos através do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (PROES) em prol da reestruturação das finanças estaduais e também a entrada controlada de instituições estrangeiras que compraram alguns bancos “problemáticos”, como iniciativa do governo com vistas a fortalecer o setor bancário nacional. Paula e Faria (s.d.) afirmam que esse conjunto de fatores num contexto macroeconômico de alta para baixa inflação em uma tendência de semi-estagnação resultou em um processo de consolidação e reestruturação bancária no Brasil.

De acordo com Gimenes et al. (2008, p. 7), apesar da redução dos recursos ofertados pelo SNCR destinados ao financiamento formal para o agronegócio, a produção apresentou um crescimento significativo e continuou crescendo a partir de suas próprias pernas, entrando numa nova fase do cenário de oferta de crédito.

Soares (2001, p. 20) baseado em um gráfico extraído do Sisbacen, apresenta em seu trabalho que o setor agrícola recebeu aproximadamente 10% do crédito total de 1989 a 1999, apresentando tendência de queda devido a participações inferiores a 10% nos anos 1990, 1994, 1997 e 1998.

Face a uma pequena parcela de 10% do crédito total disponível com tendência de queda é factível entendermos que isso é muito pouco frente a magnitude do agronegócio brasileiro. Para Santiago e Silva (1999 apud Gimenes et al. 2008, p. 7) as taxas de juros praticadas no financiamento da atividade agrícola aumentam as dificuldades dos agricultores em obter financiamentos formais, o que os leva a tomar recursos fora do sistema financeiro (crédito informal), especialmente os pequenos agricultores.

Em uma passagem do autor Spolador (2001, p. 12) no texto de (Gimenes et al., 2008, p. 5), é salientado que com a redução de crédito disponível e a atuação do Governo agora não mais como financiador direto, mas como regulador e estimulador, se fazia necessário novas fontes de recursos. Para Belik e Paulillo (2001, p. 7) a criação de nova rotina e nova forma de financiamento ocorreu nos segmentos do agronegócio mais organizados e estruturados com formas de governança privada e alavancados principalmente por grupos de interesses não agrários em interações de agentes privados. Belik e Paulillo (2001, p. 13) exemplificam: empresas de processamento, empresas de máquinas e insumos agropecuários, agricultores integrados, traders, securitários etc.

Belik e Paulillo (2001, p. 14) destacam que neste novo sistema de financiamento onde os segmentos privados ocupam cada vez mais espaço o objetivo é o atendimento a agricultura moderna, ou seja, para aquelas culturas que apresentam algum tipo de integração com uma cadeia agroindustrial ou estão inseridas nos corredores de exportação para Paranaguá, Rio Grande, Santos, Vitória e Itaquí.

Belik e Paulillo (2001, p. 15) afirmam que foi a agricultura comercial que avançou na busca por fontes alternativas de financiamento já que o acesso a taxas diferenciadas ficou limitado, e como vimos neste trabalho, o SNCR veio definhando desde meados de 1980, se posicionando aquém frente às necessidades do setor. Os mesmos autores destacam algumas medidas do governo a fim de regularizar o acesso dos produtores agropecuários as fontes alternativas:

- a) a captação e aplicação de recursos externos, regulamentada pela Resolução BACEN nº 2.148, de abril de 1995; b) a utilização das Cédulas de Produto Rural (CPR), criada pela lei nº 8.920, de agosto de 1994; c) o uso dos contratos de opção de venda, entre outros mecanismos de comercialização e d) o avanço dos financiamentos diretos junto às empresas de insumos agroindustriais, com base na variação cambial.

Dentre essas novas fontes de financiamento, Gasques; Villa Verde (1995 apud Senju e Silva 2006, p. 8) destacam: a Caderneta de Poupança Rural; os Fundos Constitucionais; os Depósitos Interfinanceiros Rurais (DIR); o Sistema de Equivalência-Produto; os Depósitos

Especiais Remunerados (DER); os Recursos Externos; os Fundos de Commodities; o Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG); a Cédula de Produto Rural (CPR); os Recursos Extra Mercado; os Contratos de Compra e Venda de Soja Verde; o Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC); e o FINAME Agrícola.

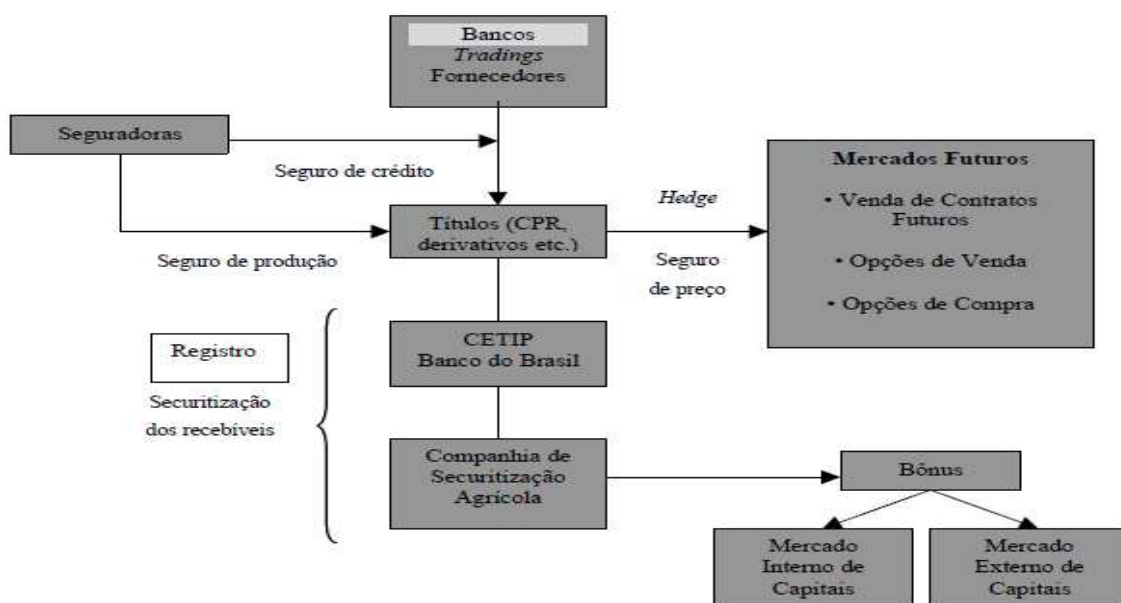
Belik e Paulillo (2001, p. 16) destacam a Cédula de Produtor Rural (CPR) emitida pelo Banco do Brasil e pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) como um avanço porque passou a permitir a venda antecipada de parte ou totalidade da produção do agricultor em qualquer de suas fases.

Belik e Paulillo (2001, p. 20) nos trazem o dado segundo estimativas do Banco do Brasil que em 2000 as CPR's movimentaram perto de R\$ 300 milhões, representando um crescimento de mais de 110% em relação a 1999.

Neste novo cenário baseado no capital onde a agropecuária encontrava-se inserida, podemos observar na figura 1 de forma mais palpável o funcionamento do sistema de financiamento privado que tem crescido bastante no agronegócio brasileiro:

Figura 1 - Esquema de funcionamento do sistema de financiamento agropecuário privado no Brasil

Fonte: Belik e Paulillo (2001)



Belik e Paulillo (2001, p. 25), destacam que o movimento de substituição do financiamento oriundo de fontes públicas por privadas na agricultura comercial segue uma coerência por conta da aproximação das taxas de juros praticadas nos empréstimos agrícolas com as taxas praticadas pelas agroindústrias através de repasses de recursos externos. Segundo eles, essa proximidade não é mera coincidência, e sim faz parte de uma política

pública deliberada de eliminar o eventual subsídio existente e aproximar à agricultura a dinâmica estabelecida pelo mercado financeiro, voltando o apoio público unicamente para os produtores familiares, assentados de reforma agrária ou atividades não empresariais.

5. APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR E O PANORAMA DA REALIDADE E PERSPECTIVAS QUANTO AO CRÉDITO RURAL

5.1 Apoio a Agricultura Familiar

De acordo com essa mudança de posicionamento do Governo, segundo Belik e Paulillo (2001, p. 25), em 2000 o orçamento voltado à produção familiar representava a maior parcela do crédito destinado à agricultura, onde ainda segundo os autores, dos R\$ 13,7 bilhões aplicados na agricultura, o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf) ficou com R\$ 4,2 bilhões, aproximadamente 30% do total.

Como abordado na terceira seção deste trabalho, o crédito aos pequenos produtores, mesmo no auge do SNCR, foi negligenciado não permitindo acesso satisfatório aos mesmos. Conti e Roitman (2011, p. 134) afirmam que a questão do crédito agrícola é delicada por se tratar de um setor com risco elevado e a situação de obtenção de crédito é agravada para os produtores familiares por não possuírem garantias adequadas nem histórico de crédito.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 2009, a agricultura familiar emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do Feijão, 87% da mandioca e 58% do leite consumido no país. Ainda em consonância com informações do MDA que traz dados do Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, mas ocupam apenas 24,3 da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de ocupar apenas ¼ da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção total.

Diante do exposto e de acordo com Ramos e Junior (2010, p. 29), o Pronaf foi lançado pelo governo em 1996, com a finalidade de corrigir o viés do crédito oficial, que favorecia os produtores de maior porte. Schneider et al. (2004, p. 2) afirma que o Pronaf foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980.

De acordo com o Manual Operacional do Pronaf, Schneider et al. (2004, p. 3) afirma que o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Ramos e Junior (2010, p. 30), acrescentam que juros para os créditos de custeio, por exemplo, variam de 1,5% a 4,5% ao ano, enquanto as praticadas para investimento variam de 1,0% a 5,0% ao ano.

A criação do Pronaf para Schneider et al. (2004, p. 1), representa o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que até então eram designados como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

De acordo com o site do BNDES, são financiáveis pelo Pronaf os bens e serviços necessários ao empreendimento, desde que diretamente relacionados com a atividade produtiva e de serviços, e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural.

Conti e Roitman (2011, p. 134) afirmam que os financiamentos podem ser feitos individualmente ou em grupos, destinando-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-parte em cooperativas de produção, não se restringindo a atividades agropecuárias, mas também ao agronegócio familiar, a produção artesanal e o turismo rural.

Conti e Roitman (2011, p. 136) ressaltam o papel do Banco do Brasil como principal operador do programa. No ano safra 2009-2010, o BB foi responsável por mais de 70% do montante financiado no âmbito do Pronaf. Conti e Roitman (2011, p. 136) lembram que mesmo sob algumas críticas, o Pronaf representa um avanço por ter sido a primeira política pública de apoio à agricultura familiar.

Em relação a expansão do programa, Conti e Roitman (2011, p. 138) relatam a criação de inúmeras linhas de crédito que possibilitaram maior capilaridade ao programa no fomento de diversos tipos de atividades produtivas e/ou serviços. Os autores lembram que houve também a ampliação do universo de potenciais beneficiários, institucionalização de programas atrelados ao Pronaf e ainda a redução das taxas de juros.

As seis linhas básicas de financiamento dentro do programa de acordo com o site do BNDES são: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Composição de Dívidas.

De acordo com o site do MDA, as contratações do Crédito Pronaf apresentam crescimento sustentado ao longo dos anos. Em 1999/2000, o Pronaf abrangia 3.403

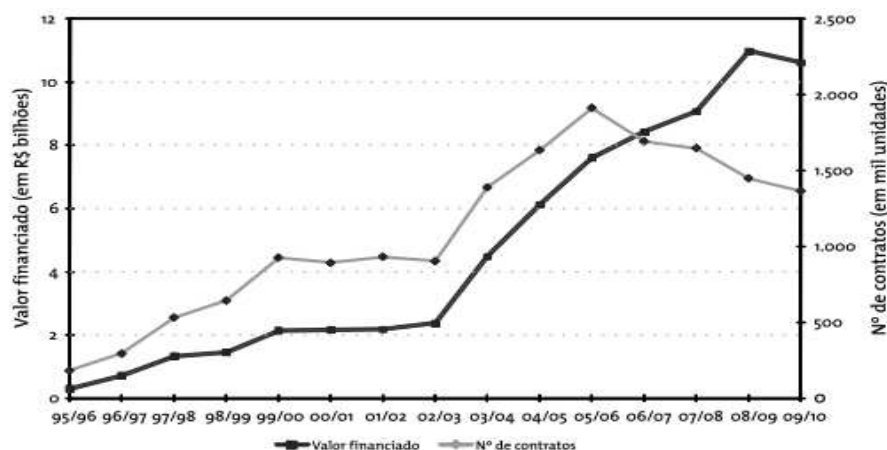
municípios, passando para 4.539 no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura de municípios.

Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação a 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios. (MDA)

Segundo informações do MDA, o montante disponibilizado aos agricultores também cresceu. Em 1999/2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação a 1999/2000, sendo ofertados R\$ 5,4 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado.

Ainda baseado em informações do MDA, em 2006/2007, o montante disponibilizado para financiamento do Pronaf chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação a 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%.

Figura 2 - Pronaf: valor financiado e número de contratos – anos safra 1995-1996 a 2009-2010 – Fonte: Conti e Roitman (2011, p. 138)



Fonte: Base de dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA.

Nota: Extraído da base de dados em 4.2.2011. Essa base é abastecida por informações prestadas por diversas instituições, com os dados atualizados até julho de 2006 (BNDES); junho de 2009 (Bacen); outubro de 2009 (Basa); julho de 2010 (BB, Banco do Nordeste, Bansicredi e Bancoob).

De acordo com Conti e Roitman (2011, p. 138), como podemos notar na figura 2, a partir do ano-safra 2003-2004, o valor do financiamento cresceu acentuadamente, indicando a decisão política do governo recém-empossado de expandir o programa. Conti e Roitman (2011, p. 138) destacam que o valor financiado ultrapassou R\$ 10 bilhões no ano safra 2008-2009 e se manteve nesse patamar em 2009-2010.

Podemos notar também a redução no número contratações depois do ano safra 2005-2006, Conti e Roitman (2011, p. 138) associam esta queda do número de contratos à tendência de elevação do valor médio dos financiamentos.

Ramos e Junior (2010, p. 30) destacam que

A tendência de aumento do crédito rural, iniciada na segunda metade da década de 1990, estendeu-se aos anos 2000, mas com maior intensidade. Entre 1997 e 1999, o volume de crédito rural cresceu apenas 3,6%, passando de R\$ 27,9 bilhões para R\$ 28,9 bilhões. O crescimento na década de 2000 foi bem mais significativo. Entre 2000 e 2005, atingiu 70,8%, passando de R\$ 29,7 bilhões para R\$ 50,8 bilhões. Na segunda metade da década, o volume de crédito ofertado cresceu ainda mais: 148,0%, totalizando R\$ 75,2 bilhões em 2009. No total, a expansão foi de 152,8% entre 2000 e 2009. Ramos e Junior (2010, p. 30)

De acordo com Schneider et al. (2004, p. 4), a partir de um estudo realizado no âmbito do convênio FAO/INCRA em 1999, foi sugerido a segmentação dos agricultores familiares beneficiários do programa em grupos distintos, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Os grupos vão de A a E com suas devidas peculiaridades. Schneider et al. (2004, p. 4), acrescenta que

essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates (descontos) visam auxiliar mais aquelas parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas. Schneider et al. (2004, p. 4)

Referente às fontes de recursos do Pronaf, Conti e Roitman (2011, p. 141) lembram que existem diversas e o boom de crédito ocorrido a partir de 2003 não é apenas fruto do crescimento econômico brasileiro. Eles destacam que além dos recursos oriundos dos compulsórios de depósito a vista, o programa passou a utilizar paulatinamente recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Poupança Rural, recursos próprios de bancos cooperativos, recursos ordinários do BNDES, Fundos Constitucionais e Orçamento Geral da União. Segundo Conti e Roitman (2011, p. 145), a fonte de recursos mais importante atualmente para o Pronaf é a Caderneta de Poupança Rural, instituída em 1986 e captada atualmente por seis bancos.

Conti e Roitman (2011, p. 138) afirmam que o Pronaf cresceu bastante, se firmando atualmente como uma importante política pública, atuante e de abrangência nacional. Os mesmo autores (2011, p. 164), colocam o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a destinação de 30% dos recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de alimentos oriundos da agricultura familiar como programas que complementam os benefícios das linhas de financiamento do Pronaf.

Conti e Roitman (2011, p. 164) alertam que para que a expansão continue é necessário que aumente a quantidade de recursos e que a fonte desses se mantenham diversificadas,

permitindo que uma compense a outra nos variados cenários em que a economia brasileira possa estar inserida no futuro.

5.2 Panorama da Realidade e Perspectivas Quanto ao Crédito Rural

De acordo com Gonçalves (2005, p. 8) fazendo referência as mudanças provocadas pela formação e desenvolvimento dos complexos agroindustriais no Brasil, a sobrevivência do agropecuarista o leva a focar num produto específico, rompendo com sua auto-suficiência e separando o agente produtivo do consumidor. Não mais se produz orientado pelo consumo, mas para obter renda para que possa consumir novos produtos e outros. Gonçalves (2005, p. 8) justifica que o condicionante que mais contribuiu para essa mudança é o fato que de a produção passou a exigir mais do que terra e trabalho, mas também o capital.

Segundo Gonçalves (2005, p. 8), o capital como mais um fator produtivo explica a presença do crédito como elemento indispensável do processo de desenvolvimento capitalista e a solidez do padrão de financiamento como axioma da alavancagem do investimento.

Gasques et al (2010, p.169) afirmam que a partir da constituição dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 1970, já não se pode mais falar de um único determinante, nem de uma única dinâmica geral, nem de um único setor agrícola, representando uma nova e complexa realidade para os agricultores e agropecuaristas.

As mudanças provocadas pela segmentação, industrialização e capitalização da agropecuária, pode até soar bastante perverso. Entretanto, de acordo com Haas (2010, p. 61), a estratégia do CAI exclui, por um lado, um significativo contingente, por outro lado, contribui para a inserção de alguns agricultores familiares. Haas (2010, p. 61) comenta que ao definir padrões de produção, essa estratégia desfavorece aqueles com características produtivas relacionadas à baixa escala de produção, ou a distância das unidades produtivas em relação à sede coletora da matéria-prima. Ou seja, a agropecuária inserida nos complexos agroindustriais e por consequência no *agribusiness*, esta totalmente condicionada à economia de mercado, onde os não eficientes e não competitivos terão muita dificuldade.

De acordo com Gasques et al (2012, p. 9) os efeitos do crédito rural sobre a produtividade ocorrem porque esse é um fator essencial para produção. O autor aborda que o crédito possibilita aos seus usuários a aquisição de insumos de melhor qualidade, a adoção de melhores tecnologias e possibilita a ampliação da escala de produção pela aquisição de mais

terra ou novos equipamentos, enfim, possibilita o alinhamento do produtor com o novo modo de se produzir, onde se demanda qualidade e eficiência a um baixo custo.

Para Gasques et al (2012, p. 7) a principal fonte de crescimento da agricultura no Brasil é a produtividade. Os autores apresentam que no período de 1975 a 2011, a produtividade total de fatores cresceu uma taxa média anual de 3,56%. Os autores complementam a informação, analisando que dividindo esse percentual pela taxa de crescimento do produto (3,77%) obtém-se um percentual de 94,4%. Significa que 94,4% do crescimento do produto no período 1975 a 2011 deveu-se à produtividade e 6% ao crescimento da quantidade dos insumos.

Gasques et al (2012, p. 8) afirmam que a produtividade tem crescido a taxas mais elevadas nos anos recentes. Eles relatam que houve um certo arrefecimento na década de 80 e um recuperação do crescimento a partir dos anos 1990, para no período 2000/2011 crescer a uma taxa anual de 5,69%, considerada alta. Gasques et al (2012, p. 8) ratificam que o crescimento ocorre pela melhoria da qualidade dos insumos, mudanças tecnológicas e aperfeiçoamento da forma de condução dos empreendimentos.

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, a crise de 2007/2008 e a atual dificuldade econômica vivida por países desenvolvidos refletiram em elevação de preços agrícolas devido ao modesto crescimento da produção seguido de redução de estoques, fazendo com que a oferta crescesse menos do que a demanda. Porém, de acordo com o mesmo Plano, medidas estratégicas, crescimento da produtividade, capacidade empresarial do produtor e o apoio do governo permitiram que a produção e as exportações mantivessem seu crescimento. No referido Plano não consta, porém, como vimos neste trabalho, às fontes alternativas para o crédito também contribuíram bastante, sobretudo para os setores mais bem organizados.

De acordo com Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, ao longo dos últimos 35 anos, o país desenvolveu e consolidou uma das agropecuárias mais eficientes do mundo, sendo que, nas últimas duas décadas, prevaleceram baixíssimos níveis de proteção tarifária e de subsídio.

Referente ao mercado externo, o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 relata que mesmo com a desaceleração do comércio agrícola mundial, cujo crescimento em 2011 foi de apenas 2%, aproximadamente metade do ocorrido no ano anterior, às exportações brasileiras do agronegócio têm sido crescentes, ampliando sua participação relativa no mercado

internacional e consolidando a posição de liderança do País como um dos principais produtores e exportadores agrícolas, como podemos observar na figura 3 abaixo.

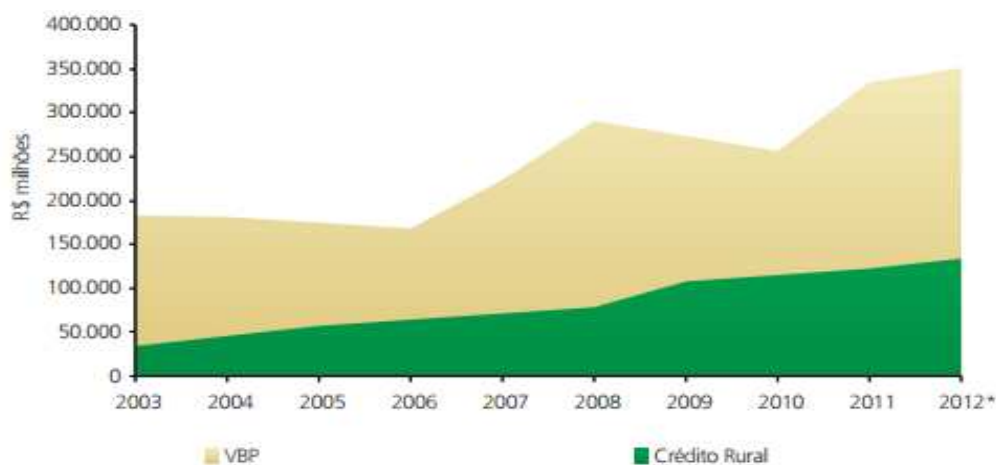
Figura 3 - Posição do Brasil no Ranking Mundial da Produção e Exportação Agrícola em 2011
Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013

Principais Produtos	Produção	Exportação	Número de Mercados	Principal Comprador
Açúcar	1º	1º	126	Rússia
Café	1º	1º	133	EUA
Suco de Laranja	1º	1º	68	Bélgica
Complexo Soja	2º	2º	95	China
Carne Bovina	2º	3º	135	Rússia
Alcool	2º	1º	34	EUA
Carne de Frango	3º	1º	145	Japão
Milho	4º	4º	48	Irã
Carne Suína	4º	4º	74	Rússia

Fonte: Mapa/AGE

Na figura 4 abaixo, podemos observar o crescente volume de crédito disponibilizado ao setor de 2003 a 2012 em relação ao Valor Bruto da Produção:

Figura 4 - Valor Bruto da Produção e do Crédito Rural
Fonte: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013



Fonte: CNA e Mapa.

Nota: *Estimativa.

De acordo com o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, a intenção é ofertar R\$ 107,2 bilhões para a agricultura comercial na safra 2011/2012, um aumento de 7,2% em comparação com a safra passada.

De acordo com Banco do Brasil, a instituição irá disponibilizar R\$ 55 bilhões na safra 2012/2013, volume 14,2% maior que na safra anterior. Desse total, serão R\$ 10,5 bilhões destinados a agricultores familiares.

O Banco do Brasil em consonância com o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, destaca que para a safra 2012/2013, estão previstos R\$ 115,25 bilhões para financiamento da

agricultura empresarial, o que representa um crescimento de 7,5% em relação à safra anterior, sendo que o aporte total de recursos para a agricultura, inclusive a Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 familiar, é de R\$ 133,2 bilhões, representando um aumento de 8,1% em relação à safra passada, quando foram disponibilizados R\$ 123,2 bilhões.

De acordo o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013, as taxas de juros serão reduzidas e será estimulado o acesso para o médio produtor rural ao cooperativismo e à produção sustentável.

Outra informação de grande importância para o atual cenário diz respeito à entrada da Caixa Econômica Federal (CEF) no financiamento rural como mais um agente do governo federal. De acordo com o site da própria instituição, O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), oferece condições para que trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra possam comprar um imóvel rural. Ainda segundo a CEF, por meio do financiamento individual ou coletivo concedido pela CEF, o agricultor poderá construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos e ter acompanhamento técnico.

6. CONCLUSÃO

Podemos concluir a partir da pesquisa realizada que desde o final do século XIX a alavancagem econômica do Brasil dependeu do setor financeiro, sobretudo do crédito, para garantir o financiamento dos investimentos. Quanto mais o governo dava condições para o desenvolvimento do mercado financeiro, avanços consideráveis eram registrados quanto ao crédito bancário no país. Nosso país saiu de raízes coloniais para chegar a 6ª maior economia do mundo atualmente e o sistema bancário teve que se desenvolver para sustentar este avanço e garantir que os diversos setores propulsores da economia pudessem ter acesso ao crédito.

Um dos principais avanços para a economia como um todo e o principal para o agronegócio foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em meados da década de 1960. A partir da organização e implantação deste sistema, o setor produtivo agropecuário passou contar com uma imensa fonte de recursos para financiar a modernização da atividade agrícola.

Porém, anos mais tarde o esgotamento das fontes oficiais de crédito rural provocadas por crises internacionais e principalmente pela crise econômica interna que teve seu ápice na década de 1980, ocasionou o desmantelamento do SNCR, forçando o produtor a procurar fontes alternativas de crédito. Nesse momento de crise podemos concluir que houve um

arrefecimento na concessão de crédito e consequentemente a estagnação do agronegócio. O fator determinante para a estagnação foi a redução na oferta de crédito rural, mas também a alta nas taxas de juros e a gradual saída do Estado que antes atuava como principal agente na concessão e coordenação via políticas públicas contribuíram fortemente.

Entendemos também que, se por um lado houve a estagnação, por outro, abriu-se uma oportunidade para o agronegócio atuar de forma mais independente e sustentável. Políticas públicas alternativas foram criadas para abrandar a fase difícil, porém, o ponto chave quanto à manutenção do agronegócio como um setor de destaque não foi esse. Para nós, foi a organização do setor alinhado as novas necessidades e diretrizes econômicas que fizeram toda a diferença e garantiu o crescimento do setor como um todo.

Após a abertura comercial vivida na década de 1990 e a recolocação do Estado, agora apenas como regulador e estimulador, o setor começou a trabalhar almejando atingir níveis internacionais de eficiência, qualidade e integração com a indústria de forma sustentada, o que aumentou a importância do crédito, sobretudo porque, o capital, e a quantidade deste, passou a ser o fator principal na produção agropecuária.

Fica evidente que o crédito sempre foi um fator chave no desenvolvimento do agronegócio, o ponto que devemos reconhecer é que nem sempre esse crédito foi disponível para todos. A nosso ver, o Pronaf e os programas afins são essenciais para garantir o desenvolvimento do agronegócio e o equilíbrio do mesmo. Como vimos o acesso ao crédito pelo agricultor familiar foi bastante negligenciado e o agronegócio cada vez mais guiado pelo capital e pela eficiência limitou a participação de agricultores que não possuam certo nível de modernização e recursos. Diante disso defendemos que as políticas públicas voltadas ao agricultor familiar e principalmente as suas fontes, devem ser mantidas e fortalecidas para garantir que o crédito seja cada vez mais um fator determinante e decisivo para o agronegócio brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco do Brasil – Disponível em:
http://www.bb.com.br/portalbb/page51,136,3696,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=7724&codigoMenu=0&codigoRet=5618&bread=9_1_4 – Acesso em: 22/08/2012

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html - Acesso em: 22/08/2012

BELIK, W. E PAULILLO, L. F. **Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira.** Esse texto é uma revisão e atualização do artigo “O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na década de 90: Ajustamento e Seletividade” publicado em Leite, S. (org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Editora Universidade UFRGS, pp. 95-120, 2001.

Caixa Econômica Federal – Disponível em:
http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundiario/saiba_mais.asp - Acesso em: 17/09/2012

CIRCULAR N° 1.536. Banco Central do Brasil – 27.09.1989

CONTI, B. M. de. e ROITMAN, F. B. – **Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa** – Revista do BNDES, Junho 2011.

COSTA, F. N. **Bancos e Crédito no Brasil: 1945 – 2007.** História e Economia. Revista Interdisciplinar, Vol. 4 - n. 2 - 2º semestre 2008.

COSTA NETO, Y. C. da. **Bancos Oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento** – Yttrio Corrêa da Costa Neto - Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p.

DELGADO, G. C. – **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Capítulo 2, p. 51-90, 2005.

FÜRSTENAU, V. A. **Política de Crédito Rural na Economia Brasileira Pós 1960** – Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(1): 139-154, 1987.

GASQUES, J. G. FILHO, J. E. R. V. NAVARRO, Z. **A Agricultura Brasileira : desempenho, desafios e perspectivas** - Brasília : Ipea, 2010. 298 p.

GASQUES, J. G. BASTOS, E. T. VALDES, C. BACCHI, M. R. – **Produtividade da Agricultura Brasileira e os Efeitos de Algumas Políticas** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Abril de 2012.

GENNARI, A. M. **Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90** – São Paulo, volume 13, n . 1(21), p. 30-45, 2001.

GIMENES, R. M. T. et al. **Evolução do Crédito Rural no Brasil e o Papel das Cooperativas Agropecuárias no Financiamento dos Produtores Rurais** – Umuarama-PR. Seminário SOBER Rio Branco – Acre 2008.

GONÇALVES, J. S. **Agricultura sob a Égide do Capital Financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios** - Informações econômicas, São Paulo, v.35, nº 4, abril 2005.

HAAS, J. M. ET AL. – **O complexo agroindustrial e a agricultura familiar: além das tradicionais fronteiras** - Informe Gepec, Toledo, v. 14, n. 2, p. 60-77, jul./dez. 2010.

MESQUITA, L. A. P. de. MENDES, E. de P. P. – **Modernização da Agricultura e Formação dos Complexos Agroindustriais** - XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-17

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/credito-rural> - Acesso em: 05/09/2012

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/noticias/2012/07/agronegocio-puxa-as-exportacoes-brasileiras-em-junho> - Acesso em: 05/09/2012

Ministério do Desenvolvimento Agrário – Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546 - Acesso em: 31/08/2012

MÜLLER, E. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no Século XIX**. (versão preliminar).

PAULA, L. F DE e FARIA, J. A DE. **Reestruturação Bancária e Eficiência dos Bancos por Segmento: uma avaliação recente** – UFRJ.

Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

RAMOS, S. Y. e JUNIOR, G. B. M. **Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira** – Embrapa Cerrados, Planaltina – DF, 2010 – ISSN 1517-5111.

SCHNEIDER, S. MATTEI, L, CAZELLA, A. A. **Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf** – UFCG, Porto Alegre, 2004.

SENJU, E. K. A. e SILVA, H. A. **O padrão de financiamento agrícola a partir dos anos 90: o caso do FCO rural no estado de Goiás** - Revista de Economia da UEG, Anápolis -GO, Vol. 2, nº 2, 2006.

SILVA, M. de C. e. **Crédito Bancário e Desenvolvimento Sustentável nas Instituições Financeiras Brasileiras** - Brasília, 2011. 145 p.

SOARES, R. P. **Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma Explicação** – Texto para Discussão nº 808, Brasília, julho de 2001. IPEA - ISSN 1415-4765.

TURCZYN, S. **O Sistema Financeiro Nacional e a Regulação Bancária**. Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2005.